

TRAJETÓRIAS ANÁLOGAS: ESTUDOS SOBRE O COLONIALISMO AFRICANO E A NOVA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL (1970-ATUALIDADE)

BRUNO PINHEIRO RODRIGUES
Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão acerca das analogias entre a literatura contemporânea da escravidão no Brasil e colonialismo na África, à luz da produção historiográfica. Inicialmente, é desenvolvida uma discussão sobre as possibilidades de mobilidade dos sujeitos – colonizado e escravizado – no interior dos respectivos sistemas. Na sequência, o debate em torno das possibilidades de liberdade individual e remodelação do sistema escravista/colonial, a partir das considerações do norte-americano Frederick Cooper, de Giovanni Levi e dos brasileiros João José Reis e Eduardo Silva. Por fim, o artigo faz uma reflexão acerca do emprego da categoria “resistência” para a elucidação de tais processos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão;
Colonialismo; Historiografia.

ABSTRACT

The present article is a reflection about the analogies between contemporary literature on slavery in Brazil and Colonialism in Africa in the historiographic production. Initially, a discussion is developed about the opportunities of mobility by the – colonized and enslaved – subjects within the respective systems. Next, a debate follows on the possibilities of individual freedom and on a remodeling of the slave/colonial system, based on the considerations of the North American author Frederick Cooper, of Giovanni Levi and of the Brazilian authors João José Reis, and Eduardo Silva. Finally, the text presents a reflection on the category of use of the “resistance” for the elucidation of such historical processes.

KEYWORDS: Slavery; Colonialism;
Historiography.

Entre os séculos XVI e XIX, desembarcaram nas Américas cerca de 10 milhões de escravos, sendo 40% nos portos brasileiros e pouco menos da metade nos portos das colônias britânicas do Caribe. Tais números, além de demonstrarem uma organicidade ímpar entre o Brasil e África – mais do que possuir escravos, seria preciso conviver com os mesmos –, expressam a posição ocupada pelo negócio do tráfico enquanto “mola-mestra da ação empresarial”, uma vez que desempenhava papel fundamental na constituição das relações sociais¹.

Diante de tal evidência, como negar o papel decisivo de todos(as) os(as) africanos(as) na construção da identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, a conexão umbilical existente entre o continente africano e o Brasil? Todavia, mesmo sendo incontestável tal ligação, no interior da produção científica, somente de quatro décadas até a atualidade, tem sido possível vislumbrar esforços na compreensão das referidas conexões. O artigo que se segue, cuja proposta se concentra nas problemáticas próprias da abordagem historiográfica, portanto, pode ser considerado como parte deste esforço.

Destarte, a primeira seção tratará diretamente das possibilidades de mobilidade no interior do sistema colonial/escravista, onde inicialmente é apresentada uma discussão acerca da famigerada coleção “História Geral da África” e, posteriormente, algumas considerações em torno da mobilidade dos indivíduos que estavam inseridos nos respectivos contextos. A segunda seção, por sua feita, apresenta uma reflexão sobre a atuação de remodelação do sistema colonial/escravista por indivíduos/grupos. Na referida, são analisadas, de maneira análoga, as reflexões dos autores John Iliffe, Benjamin N. Lawrance, Emily Lynn Osborn, Richard L. Roberts e Frederick Cooper, sobre o contexto africano e, no tocante à realidade escravista no Brasil, são apresentadas as obras de João José Reis, Eduardo Silva, Hebe Mattos, Robert Slenes e Sidney

¹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 8; 23. Manolo Florentino fundamenta a sua tese partindo da insuficiência de explicações sobre a ‘enorme migração’ compulsória que se deu por três séculos entre o Brasil e a África. Segundo o autor, o tráfico de escravos não se reduziu à mera indução externa, mas envolveu razões endógenas (ou “orgânicas”), relacionando traficantes, o Estado e a sociedade colonial. Florentino apresenta duas facetas do tráfico: (1) o comércio de almas no Atlântico exercendo dupla função estrutural – viabilização para reprodução física de escravos no Brasil e produção social do cativo na África; (2) tráfico enquanto negócio, que constituía um poderoso circuito endógeno de acumulação e se estruturava de acordo com padrões vigentes no mercado colonial – o lucro obtido no negócio, ao passo que permitia aos traficantes uma ocupação ímpar na hierarquia socioeconômica, e influenciava diretamente os destinos das políticas internas e externas do Estado (*Ibidem*, p. 8-10); Para acréscimo de compreensão do tráfico no Atlântico, especialmente no que tange ao papel de Angola, ver também LOVEJOY, Paul E. The volume of the Atlantic slave trade: a synthesis. In: *The Journal of African History*, 23, 1982; CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison, Wisconsin University Press, 1969; KLEIN, Herbert. The Portuguese slave trade from Angola in the 18th century. In: KLEIN, Herbert S. *The middle passage (Comparative studies in the Atlantic slave trade)*. Princeton, Princeton University Press, 1978; e MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIWA, José Flávio Sombra (Orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Chalhoub, entre outros. Por fim, na última seção, estará exposta uma breve discussão sobre o emprego da categoria de análise “Resistência”.

Da rigidez e mobilidade: Colonialismo e escravidão

Não restam dúvidas de que o ponto de partida para qualquer apreciação sistemática da historiografia africana nas últimas décadas, à despeito das divergências metodológicas, seja a coleção organizada pela UNESCO, intitulada “História Geral da África”. A mesma foi formulada após uma série de debates realizados durante a década de 1960, dando origem a longos oito volumes nas décadas seguintes, distribuídos em cerca de dez mil páginas, escritas por trezentos e cinquenta estudiosos – sendo dois terços de origem africana –, inicialmente publicadas em inglês, francês e árabe. Tal coleção foi elaborada num contexto onde vários países africanos haviam acabado de se emancipar do domínio colonial europeu.

Segundo o historiador africano Joseph Ki-Zerbo – que elaborou a introdução da coleção –, por ignorância e interesse, até aquele momento, a história africana havia sido camuflada e mutilada. O continente africano, abatido por vários séculos de opressão, tendo presenciado diferentes gerações de viajantes, traficantes de escravos, exploradores e missionários, havia acabado por ser vítima da fixação da imagem de miséria, barbárie, caos e irresponsabilidade, que segundo o autor, justificava o presente tanto quanto a projeção do futuro². A maior necessidade, portanto, para o autor era a de resgatar uma visão interior de identidade, de retorno às raízes, em oposição à visão externa que havia sido construída da África. Mas enfatiza: a adoção de tal postura não deveria ser identificada com uma atitude “vingativa de auto-satisfação”, e sim com um exercício de memória coletiva que varreria o campo do passado para o próprio reconhecimento das raízes³.

Quatro seriam as condições essenciais para o desenvolvimento de tal proposta: (1) *interdisciplinaridade*, onde pela utilização combinada de outras disciplinas, como geografia, sociologia, antropologia e linguística, buscar-se-ia uma compreensão de processos mais duradouros; (2) adoção de uma perspectiva de *história vista do interior*, em que se partisse de um polo de análise africano e não, como anteriormente, do estrangeiro;⁴ (3) reflexão da história da *África*, não privilegiando uma cultura específica, mas tomando em

² KI-ZERBO, Joseph (org). *História Geral da África*, Vol. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. XXXII.

³ *Ibidem*, p. LVIII.

⁴ Ki-Zerbo, neste aspecto enfatiza que tal perspectiva não eliminaria as conexões com outros continentes, mas sim permitiria uma análise a partir de uma ótica de “intercâmbios recíprocos” e “influências multilaterais” (*Ibidem*, p. LII).

consideração os diferentes povos *em seu conjunto*; (4) e, por fim, o investimento de uma *história explicativa* e não-factual, com primazia nas estruturas⁵.

O autor enfatiza que a construção da história africana não seria um simples fruto de curiosidade ou de algum exercício para decifração de enigmas, mas ganharia sua importância pelo fato da História da África ser necessária para a própria compreensão da História Universal, ultrapassando, assim, o domínio dos objetivos individuais⁶.

A seguinte coleção, apesar da reconhecida importância para solidificação mundial dos estudos sobre a *História da África*, recebeu ao longo das últimas décadas numerosas críticas. As objeções mais comuns se encontravam no chamado "caráter desatualizado" da obra, uma vez que grande parte dos capítulos havia sido escrita entre as décadas de 1960 e 1970 – o que resultava, segundo críticos, na não incorporação de recentes interpretações ou achados empíricos. Ademais, o "engajamento" da coleção e dos autores era apontado como ponto delicado e desapropriado para uma obra historiográfica. O mesmo acabava por produzir uma visão "afrocêntrica", ou defesa da "supremacia negra", que seria uma inversão de concepções racistas do Ocidente europeu⁷.

O norte-americano Frederick Cooper, por exemplo, efetua severas críticas à ênfase dada por Albert Adu Boahen, um dos editores da coleção (especificamente, do Volume VII), à modernidade ocidental. De acordo com o autor, devido ao grande poder conferido por Boahen à força do Estado enquanto sinal de progresso, acabam não sendo consideradas as contradições originadas de estruturas sociais específicas do contexto africano. Assim, não ganha grande atenção do autor o fato de africanos conquistarem outros africanos, assim como a existência de donos de escravos na costa de Dahomey, Sahelian Sokoto ou Ilha do Zanzibar. Segundo Cooper, não se pode perder de vista que a soberania não foi o único assunto enfrentado por africanos, e que se por um lado, as invasões europeias introduziram um longo processo de opressão e exploração, por outro lado, permitiram o surgimento de produtores de pequena escala e comerciantes, que se beneficiavam com as oportunas conexões do além-mar⁸.

Em outras palavras, o que está em pauta, no coração de todo esse debate, são dois pontos centrais: a rigidez (ou não) do colonialismo e a possível

⁵ *Ibidem*, pp. L-LXI.

⁶ *Ibidem*, p. LXVI.

⁷ LIMA, Mônica. A África tem uma história. *Afro-Ásia*, N. 46, pp. 279-288, 2012, p. 281-282.

⁸ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: Repensando a História Colonial da África. *Anos 90*, Porto Alegre, V. 15, N. 27, Jul. 2008, p. 28. Frederick Cooper, atualmente professor da New York University, é autor de uma extensa obra acerca do colonialismo na África, nos séculos XIX e XX, especificamente, nos processos de descolonização nas chamadas África francesa e África britânica. No artigo citado – "Conflito e conexão", originalmente publicado em 1994 –, o autor tece uma análise comparativa entre as historiografias da África, da Ásia (sobretudo indiana) e da América. Entre os pontos fulcrais do mesmo, Cooper apresenta uma densa reflexão sobre os chamados "Estudos Subalternos", que se desenvolveram inicialmente na Índia na década de 1980 e cujo epicentro diz respeito às "pessoas esquecidas" das narrativas globais e de mobilizações nacionais.

mobilidade dos sujeitos que atuaram no referido contexto. De maneira análoga, ao direcionarmos nossas atenções à recente historiografia da escravidão no Brasil, deparamo-nos com um debate semelhante, onde a estrutura do sistema escravista é palco de intensos debates, assim como as possibilidades de liberdade de cativos(as), pela discussão do paradoxo entre a total violência do sistema e a possível atuação de cativos(as) por meio das brechas. Antes, pois, de tratarmos de tais tópicos, faz-se necessária uma descrição panorâmica de tal historiografia.

De maneira geral, as diferentes perspectivas historiográficas que abordam o período escravista no Brasil concordam que a queda do Muro de Berlim, no final da década de 1980, resultou na consideração de novos objetos e abordagens, seja de maneira negativa ou positiva. Genericamente, por um lado temos autores que a entendem como resultado da “ofensiva neoliberal”, enquanto, por outro, há aqueles que a compreendem como resultado de um desbloqueio para “novos campos de reflexões”. No interior desse primeiro grupo, podemos destacar a posição do historiador Mário Maestri, que faz uma crítica veemente à retomada das teses de Gilberto Freyre.

De acordo com esse autor, tal retomada se daria num contexto onde existiria uma conjunção de fatores internacionais e nacionais, caracterizada por um “revisionismo de teses patriarcais”, que produziria um deslocamento interpretativo do “conflito e resistência” para a “acomodação e negociação” – interesses em alforrias, relações de compadrio e familiares, entre outros fatores. Nas palavras de Maestri, “a violência foi apresentada como um recurso marginal”, e o despotismo do trabalho minimizado e a própria abolição do escravismo, como algo querido pelos escravistas⁹.

A seguinte passagem, de um foco ao outro, é vista pelo autor de maneira negativa, uma vez que evidenciou um “esgotamento” de um grande “impulso” vivido na década de 1980, em que houve uma grande massa de publicações e reedições de artigos, coletâneas, livros e a realização de seminários. Maestri compara duas datas simbólicas para comprovar tal esgotamento: o “centenário da Abolição” realizado em 1988 e o “terceiro centenário da destruição do Quilombo do Palmares”, realizado em 1995¹⁰.

Na ótica do autor, todos os acontecimentos da década de 80 foram consequências das conquistas diretas e indiretas do “mundo do trabalho”, que na historiografia da escravidão, traduziram-se na contradição do “trabalhador escravizado” e dos “senhores de escravos”. Na década seguinte, a assim-chamada “ofensiva neoliberal” fez com que essa situação retrocedesse¹¹.

⁹ MAESTRI, Mário. A escravidão em Mato Grosso: o singular e o geral (Prefácio). In: BRAZIL, M. C. *Fronteira Negra*. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888. 1ª ed. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2002, p. 11.

¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹¹ *Ibidem*.

Por outra via de interpretação, Matthias Röhrig Assunção afirma que justamente com a “queda do Muro de Berlim”, acompanhada da “crise da teleologia marxista”, vários campos de reflexão sobre a “resistência escrava” foram abertos, tais como os embates jurídicos, a resistência cultural das confrarias negras e pardas, e os festivais populares, entre outros. Em sua visão, o campo de “agência escrava” foi, durante muitos anos, identificado hegemonicamente como insurreições, fugas, quilombos e rebeliões. Outras ações violentas, de cunho individual, tais como o infanticídio, sabotagens e o suicídio, eram apenas mencionadas, não merecendo muita atenção dos estudiosos¹².

A retomada da obra de Freyre, nesta via de interpretação, é vista como algo positivo, fruto do esgotamento dos modelos explicativos, do enfrentamento de assuntos consagrados por parte de autores como Maria Sylvia Carvalho Franco, das efervescências culturais do século XX, inclusão das minorias, aproximação com outras disciplinas, incorporação de novos objetos e metodologias, aumento simultâneo dos cursos de Pós-Graduação no Brasil e linhas de investigações com “circunscrições regionais”¹³.

Essa retomada, segundo Eni de Mesquita Samara, é resultado direto da busca por uma perspectiva plural e multidisciplinar, na qual além de conceber a obra de Freyre como uma leitura fundante do pensamento intelectual nacional, elencam-se os diversos aspectos pelos quais a obra tem sua importância: riqueza e diversidade do objeto; originalidade das fontes utilizadas; método que lhe permitiu atingir a totalidade pelo particular, decifrar códigos e penetrar na constituição de aspectos menos públicos, mas sociologicamente significativos do viver da família; aprofundamento na análise pelo aspecto cultural; resultado obtido, que foi chegar a complexos culturais, com as sociedades vistas em seus próprios valores e aspectos, despindo-se de suas amarras culturais; e finalmente, pelo trato das fontes, a revelação de toda uma disciplina¹⁴.

Se na visão de Maestri, a retomada de Freyre e a ênfase em temas como família e alforria, entre outros, são reflexos de uma “amenização” da violência da escravidão, aqui, na perspectiva de Samara, foram resultados de diversos fatores, como a incorporação de métodos de disciplinas afins e a utilização de novos documentos - periódicos, óbitos, cartas de testamentos, etc. -, que ilustraram a abertura de novos campos de pesquisa.

Não se trata de negar a pertinência da tese de que, de fato, a produção historiográfica, de início da década de 1990 tenha sido influenciada por uma atmosfera neoliberal, mas não reconhecer a validade metodológica e teórica dessa nova historiografia, que se beneficia de uma abordagem multidisciplinar e

¹² ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A resistência escrava nas Américas: algumas considerações comparativas. In: FURTADO, Junia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 325-341.

¹³ SAMARA, Eni de Mesquita. A historiografia recente e a pesquisa multidisciplinar. In: *História & documento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 43-65.

¹⁴ *Ibidem*, p. 55.

de diferentes acervos documentais, é cair num grande equívoco, que obscurece o próprio fazer historiográfico ante a uma realidade inelutável e emergente.

Retornemos à questão da “flexibilidade”. O sistema escravista estava para o cativo, encarado enquanto agente histórico ativo, da mesma forma que o colonialismo estava para o africano? Guardadas as especificidades contextuais, parece-nos que sim e, como pano de fundo, ressurgem o velho debate sobre as relações entre o indivíduo e o meio – até qual ponto o primeiro reage ao contexto passivamente ou o transforma.

Da remodelação do colonialismo/escravidão

A reflexão sobre o papel desempenhado por um indivíduo no interior de um sistema social e cultural, especialmente nas últimas décadas, tem gerado grandes debates historiográficos. Entre os autores que dissertam sobre tal temática podemos destacar Giovanni Levi, um dos grandes nomes associados à chamada “Micro-história”, escola historiográfica que advoga em favor da observação de estruturas sociais a partir de uma escala microscópica – trajetórias e estratégias individuais. A mesma, segundo Jacques Revel, nasceu no decorrer da década de 1970, como uma experiência de trabalho, em torno de um pequeno grupo de historiadores com empreendimentos em comum¹⁵ e, naquele contexto, também como uma reação a setores dominantes da “história social”, herdeiros de traços do durkheimiano François Simiand, que afirmavam que o historiador deveria se afastar do que fosse singular, acidental ou individual, para investir no que fosse passível de ser quantificável – regularidades observáveis¹⁶.

Levi, no que tange ao problema levantado inicialmente – a relação do indivíduo com o grupo –, é enfático: nenhum sistema normativo é suficientemente capaz de eliminar as possibilidades de escolhas conscientes dos seus agentes. Todavia, a *liberdade* é social e culturalmente determinada, restando aos atores sociais exercê-la nos interstícios inerentes de cada sistema. Por mais que existam diferentes mecanismos para coibi-la, a decisão final sempre está restrita ao âmbito individual. Segundo o autor, o indivíduo manipula, interpreta e *negocia* as regras¹⁷.

Imbuídos dos seguintes pressupostos, por vezes perigosamente além do necessário¹⁸, Benjamin N. Lawrance, Emily Lynn Osborn e Richard L. Roberts, no

¹⁵ Por exemplo, o trabalho de pesquisa em torno das revistas “Quaderni Storici” e “Microstorie”, que tinham como editores o próprio Levi e Carlo Ginzburg.

¹⁶ REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da micro-análise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 12-13.

¹⁷ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; MORAES, Marieta de (Coords.). *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 179-180.

¹⁸ Chama-se a atenção para tal fato, uma vez que a afirmação, em excesso, do protagonismo africano no colonialismo, pode resultar na negligência da “violência” inerente à dominação

livro *Intermediaries, Interpreters and Clerks*, assim interpretam o papel desempenhado por africanos na construção do Estado colonial. De acordo com tais autores, aqueles funcionários africanos que ocupavam o “baixo escalão” da burocracia colonial e que estavam investidos de determinadas autoridades, denominados no interior do texto de “intermediários”, *moldaram* as relações entre a população sujeitada e funcionários europeus, influenciando diretamente o governo colonial. Apesar de utilizarem o prestígio de estarem investidos de autoridade para o aumento da riqueza pessoal, poder político e status, a simples execução dos seus respectivos deveres, por parte desta categoria de africanos, turvou as dicotomias entre europeus e africanos, brancos e negros, civilizados e não civilizados¹⁹.

Com um raciocínio semelhante, John Iliffe, ao analisar o período colonial em solo africano, apresenta duas posições opostas em termos de abordagem por parte dos historiadores da África: a primeira, de que o colonialismo foi apenas um episódio do fluxo contínuo da história africana, ao passo que a segunda o apresenta como aquilo que destruiu uma antiga tradição política que existia desde o tráfico de escravos. Acerca da primeira posição, Iliffe afirma que reforçá-la seria o mesmo que subestimar tudo aquilo que a civilização industrial ofereceu aos africanos – em termos tecnológicos e culturais²⁰. A crítica da segunda abordagem, todavia, se revela de maior contundência (ao menos para os nossos propósitos): compreender o colonialismo exclusivamente como um “agente destruidor de tradição” é o mesmo que subestimar a resistência africana. Iliffe afirma: “O novo não se limitou a substituir o velho; misturou-se com ele, por vezes revitalizou-o, e produziu novas sínteses distintamente africanas (...)”. Em outras palavras, o autor em questão defende um papel distinto para a

colonial, produzindo uma visão, aqui sim, *turvada*, do processo histórico: dominação colonial desejada pelo colonizado. De qualquer maneira, vale chamar a atenção para a chamada “barganha de colaboração” de Ronald Robinson (ROBINSON, Ronald. *Non-European foundations of European imperialism: Sketch for a theory of collaboration*. In: *Studies in the theory of imperialism*. London: Longman, 1972), que consistia na colaboração e/ou aceitação da presença colonial em troca da possibilidade de acúmulo de riquezas, prestígio e poder; Shula Marks (MARKS, Shula. *The ambiguities of dependence*. In: *South Africa: Class, nationalism and the State in twentieth-century Natal*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986), por sua vez, expõe com sua pesquisa um poder colonial dependente dos africanos, especialmente das chefias locais.

¹⁹ LAWRENCE, Benjamin; OSBORN, Emily; ROBERTS, Richard. Introduction: African intermediaries and the ‘bargain’ of collaboration. In: LAWRENCE, Benjamin; OSBORN, Emily; ROBERTS, Richard (orgs.). *Intermediaries, Interpreters and Clerks. African employees in the making of colonial Africa*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2006, p. 4.

²⁰ O autor destaca vários aspectos onde a África se beneficia da situação colonial. Entre eles, o “crescimento econômico sem precedentes” nas chamadas “zonas culturais rentáveis” – locais de forte atividade comercial –, materializado na construção de escolas, igrejas, mesquitas, casas com vários pisos, telhados de chapas onduladas, e diminuição na mortalidade infantil, entre outros aspectos. No entanto, ressalta a limitação de tais mudanças: “A maioria dos africanos entrou no colonialismo com uma enxada e saiu com uma enxada, embora fosse muitas vezes uma enxada melhor” (ILIFFE, John. *A mudança colonial, 1918-1950*. In: ILIFFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999, p. 280).

compreensão dos africanos no período colonial: não aquele de meros expectadores, mas o de personagens ativos, que *remodelaram* o colonialismo em função de suas necessidades e tradições²¹.

Tal ponto de vista ganha maior sustentação em Cooper, que numa reflexão sobre a aplicação da "mão-de-obra livre" na África do século XX, chega a afirmar a incapacidade imperialista de transformar africanos em *trabalhadores assalariados*, tal como europeus, devido à mobilização política africana. Em palavras do autor:

Fosse qual fosse o futuro que as autoridades coloniais planejavam para os africanos, os indivíduos para os quais preparavam projetos tinham suas próprias ideias. Forçaram as autoridades coloniais a redefinir sua ideia do que era normal ou politicamente aceitável dentro de um Império Ultramarino Europeu²².

A referida autonomia de ideias de africanos, de acordo com o autor, está ligada a hábitos de trabalhos diferenciados da mão-de-obra livre europeia, rotulados como peculiares por ocidentais. Apesar do discurso de que a "disciplina do mercado" seria universal e não cultural, a pesquisa documental revela justamente o contrário: o fracasso do projeto imperialista. Cooper o exemplifica com a frustração da aplicação do projeto de mão-de-obra assalariada em Zanzibar e no Quênia. Em ambos os casos, as autoridades coloniais tentaram repetir o que tinham tentado nas Índias Ocidentais: a abolição da escravatura com a manutenção da classe de proprietários. O resultado não poderia ser diferente: em Zanzibar, para garantir o sucesso da produção de cravo, foi necessária uma distribuição de tempo bem diferente da regularidade do trabalho assalariado, enquanto que no Quênia, o mercado de trabalho teve que se conformar com o ajustamento à disponibilidade de mão-de-obra pela unidade básica, ou seja, por dia²³.

O espaço onde o africano atua enquanto agente, que transforma e negocia, ainda pode ser vislumbrado na própria modificação que se deu no discurso que buscava justificar a escravidão do africano. O principal fundamento encontrava os seus pilares na tese de que os negros africanos precisariam da supervisão rigorosa de um Estado civilizado, antes do ingresso no curso natural da racionalidade do mercado. Sozinhos seriam incapazes, uma vez que a África era tomada em si pela escravidão e oprimida por tiranos do próprio povo²⁴. Os

²¹ *Ibidem*, p. 275.

²² COOPER, 2005, p. 207.

²³ *Ibidem*, p. 223-229. Acerca da jornada de trabalho diária, Cooper frisa o grande desconforto das autoridades, que temiam que a população se desligasse dos empregadores e se tornasse resistente à disciplina do trabalho (COOPER, 2005, p. 229).

²⁴ *Ibidem*, p. 216.

européus, nesse sentido, estariam encarregados da 'nobre missão' de os encaminharem à direção correta do progresso.

Todavia, a própria ação daqueles que haviam sido escravizados forçaram a ampliação dos limites da lei. As fugas a postos avançados de trabalho, no caso da África francesa, como o de "Saint Louis", motivados pela esperança de que conseguissem a obtenção de documentos de liberdade ou esconderijo, atestam tal afirmação e obrigam a consideração da escravatura enquanto "uma questão que tinha de ser enfrentada"²⁵.

Em suma, para além das numerosas especificidades, essa nova historiografia sobre a África, produzida do limiar da década de 1990 até a atualidade, tem sido coerente na proposição de que o africano colonizado foi agente histórico que moldou o colonialismo de acordo com seu contexto e necessidade. No interior da historiografia da escravidão, o paralelo mais significativo com tal perspectiva pode ser tecido a partir da publicação do livro *Negociação e Conflito*, dos historiadores brasileiros João José Reis e Eduardo Silva.

Nesse livro, a demonstração das mais variadas formas de resistência e manobras para atenuação do sistema escravista acaba por superar os tradicionais polos paradigmáticos da historiografia brasileira, em que ora o(a) escravo(a) aparece enquanto vítima indefesa, ora figura como herói incontestável, que em todas as situações – insurreições urbanas e quilombos, entre outras – está exclusivamente em conflito aberto por sua liberdade. O(a) cativo(a), enquanto sujeito histórico, procurava criar circunstâncias favoráveis para si, quando não possível pelo conflito, via negociação. Ao longo dos seis capítulos que compõem a obra, os autores demonstram numerosas situações. Uma delas se dá na chamada "fuga reivindicatória", intensificada durante o tráfico interprovincial, motivada por razões diversas: após o recebimento de punição, avaliada injusta; reação a maus tratos físicos e morais; ou mesmo enquanto protesto contra transação comercial e troca de senhor, mediante a incerteza de margem de negociação com o novo senhor²⁶.

Em outras palavras, Reis e Silva incontestavelmente dão forma a toda uma atmosfera de abordagem historiográfica que se inseria nos círculos brasileiros durante a década de 1980. Vale ressaltar, de acordo com Hebe Castro, que naquele momento chegava ao Brasil todo um debate acerca da "História social" e suas implicações, expresso em três principais correntes de pesquisa, a saber: 1) a história social da família; (2) a história social do trabalho; e (3) a história social do Brasil Colonial. A primeira se desenvolveu a partir da década de 1980, influenciada diretamente pela demografia histórica e pela exploração de temas da sociologia e antropologia, traduzindo-se diretamente no estudo das "famílias

²⁵ *Ibidem*, p. 214.

²⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

escravas”²⁷. A segunda perspectiva, de maneira similar à primeira, é adotada a partir da década de 1980, quando temas como história social do trabalho, urbanização, identidades sociais, controle social e cidadania constituem um pano de fundo comum, concentrando-se na Primeira República e na cidade do Rio de Janeiro.²⁸ Na terceira perspectiva, por sua vez, constata-se um diálogo com a historiografia internacional sobre Afro-América, redução de escala de abordagem e *valorização da experiência e cultura* – que, de certa maneira, é o caso da obra de Reis e Silva. Universidades como USP, UFBA, UNICAMP e UFF são consideradas como os principais centros irradiadores deste último tópico de pesquisa²⁹.

Outras obras de grande relevância, publicadas entre a década de 1980 até a atualidade, que compreendem o(a) cativo(a) enquanto agente, podem ser mencionadas: *Visões de liberdade*, de Sidney Chalhoub; *Das cores do silêncio*, de Hebe Mattos; *Na senzala uma flor*, de Robert Slenes; e *Cativos do sertão* de Luiza Volpato.³⁰ A primeira obra, resultado direto da tese defendida pelo autor em 1989 e de uma ampla pesquisa em diferentes acervos documentais (processos criminais, civis, ações civis de liberdade, processos comerciais e

²⁷ CASTRO, 1997, p. 56. Neste contexto, vale destacar um estudo de grande importância na historiografia contemporânea, que é a obra *Memórias do Cativo*, onde as historiadoras Hebe Mattos e Ana Maria Lugão investigam a memória coletiva do ser escravo, por meio das lembranças de seus descendentes, por relatos orais (MATTOS, Hebe; LUGÃO, Ana Maria. *Memórias de cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005); outro exemplo de estudo sobre família escrava, por meio de registros de batismos, é o trabalho de Tarcísio R. Botelho, publicado na coletânea de artigos – “Trabalho Livre, Trabalho Escravo”, organizada por Douglas C. Libby e Junia Ferreira Furtado (BOTELHO, Tarcísio R. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica. In: FURTADO, Junia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006).

²⁸ Nesta subárea do conhecimento histórico, atualmente é referência obrigatória o precioso estudo de Chalhoub sobre a história dos cortiços e epidemias na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, intitulado “Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial” (CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

²⁹ *Ibidem*, p. 56-59.

³⁰ Recentemente, o supracitado historiador João José Reis, juntamente com os historiadores Marcus J. M. de Carvalho e Flávio dos Santos Gomes, lançou um livro que segue exatamente tal perspectiva, sobre a história pessoal do alufá Rufino, escravo liberto de origem nagô, muçulmano, preso em Recife no ano de 1853, onde vivia como adivinho e curandeiro, sob acusação de estar participando de conspirações escravas. A obra acompanha com grande desenvoltura toda a trajetória de Rufino, desde o momento em que é retirado da África, do reino Oyó, desembarca no Brasil, inicialmente em Salvador, depois em Porto Alegre e, finalmente, no Rio de Janeiro, onde consegue comprar a própria alforria, para alguns anos depois, *escolher* viver em Recife (REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822 - c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010).

revistas da época, entre outros),³¹ apresenta a proposta de busca por compreensão do significado da liberdade, conferido por cativos(as) e forjado durante a experiência do cativo, de maneira que o autor se propõe a abordar a percepção de escravos diante de situações de transferência de propriedade, assim como a ideia de “cativo justo”, proveniente de uma visão escrava, que influenciava diretamente as transações comerciais e as transformando em situações muito mais complexas que simples trocas de mercado³².

Hebe Mattos, por sua vez, no cruzamento de diferentes escalas de observação e utilização, assim como Chalhoub, de diferentes núcleos documentais – processos criminais, civis, inventários e jornais da segunda metade do século XIX –, busca demarcar os termos sobre os quais foram redefinidos os padrões de dominação nos últimos anos da escravidão – contexto de acelerada perda de legitimidade do escravismo e de maior mobilidade escrava, que forçou, por exemplo, o desaparecimento da menção *cor branca* para designar o livre e *negro* para identificar o cativo. O centro de sua análise se dá em torno do conceito de *liberdade* e dos diferentes significados atribuídos ao mesmo, tanto por escravos quanto por recém-escravos. A autora, portanto, ao tratar da reelaboração das condições de dominação no final do período escravista, considerando a participação cativa na atribuição de significados sobre termos como liberdade, rompe com a supracitada visão do escravo enquanto coisa e/ou vítima³³.

A terceira obra, de autoria de Robert Slenes, investiga a agência escrava com ênfase no âmbito familiar. Slenes dedica grande parte da obra à crítica da literatura historiográfica, acerca do tratamento da questão da família – até então a ideia da não-existência de família escrava era consensual. Tendo como principal base empírica o município de Campinas, em São Paulo, o autor conclui que a família exercia enorme influência na vida dos cativos(as). Todavia, o ponto fulcral da análise do autor se encontra na tese da existência de herança cultural africana na estruturação do viver familiar no cativo, especialmente de “grupos bantos”. O autor, com grande perspicácia, concentra-se em vários detalhes, tidos como insignificantes, como a ausência de janelas nas casas de cativos(as), expressa em detalhes desenhados em gravuras de viajantes – com finalidade de tecer comparações entre senzalas e aldeias africanas³⁴.

Finalmente, a quarta obra, escrita pela historiadora Luiza Volpato, teve como principal proposta realizar uma análise sobre o cotidiano dos(as) cativos(as) na segunda metade do século XIX em Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso, conhecida por ser região de sertão e específica, por ser fronteira.

³¹ Vale ressaltar que o autor conserva, inclusive, o mesmo título de sua Tese de Doutorado, defendida em 1989 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

³² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³³ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁴ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Assim como os outros autores, no cruzamento de diferentes fontes, a autora parte do pressuposto de que a vida de um escravo no período era dinâmica e não se resumia ao simples “cumprir ordens”. O cativo, segundo a autora, deve ser interpretado enquanto ser humano, dotado de subjetividade e interventor do seu destino. Sobre tal perspectiva, Volpato afirma:

(...) o presente trabalho procura pensar o cativo como ser humano no espaço do seu dia-a-dia, considerando que mesmo aquele que não fugia, não se suicidava, não participava de rebeliões, também lutava para ser uma pessoa. Esta luta podia se dar no espaço da transgressão, quando o escravo roubava, quando atuava como receptor e vendedor de objetos roubados; podia se dar no espaço da justiça, quando ele denunciava e movia processo contra seu senhor; podia se dar ainda de uma forma imensamente variada, quando ele transitava pelo terreno fluido que se colocava entre aquilo que o senhor considerava certo e o que considerava errado, quando, sem infringir seu código disciplinar – mas atuando no seu limiar – tomava atitudes próprias do indivíduo e lutava contra a sua coisificação³⁵.

Ademais, ao buscarmos a compreensão global dos principais pilares que norteiam a produção historiográfica recente do colonialismo na África e da escravidão no Brasil, tem sido constante a imagem do colonizado/escravizado enquanto sujeito ativo e participante da composição e transformação do próprio sistema ao qual estava incluso. No tocante às categorias de análise, cabem algumas reflexões.

Do emprego da categoria *Resistência*

De acordo com Frederick Cooper, embora o estabelecimento de categorias binárias possa ser útil para se iniciar um estudo, elas igualmente oferecem o risco de limitação para pesquisa. No caso específico da África, pares conceituais como colonizador/colonizado, ocidente/não-ocidente, e dominação/resistência, têm nivelado a complexa vida dos povos africanos e, conseqüentemente, subestimado as possibilidades de ação dos povos africanos, que alertavam quanto aos limites da subordinação colonial³⁶.

³⁵ VOLPATO, Luiza. *Cativos do sertão*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, p. 11.

³⁶ COOPER, Frederick. *Conflito e conexão*, *op. cit.*, p. 23-24.

De acordo com o autor, a categoria “Resistência”, utilizada massivamente ao longo da produção historiográfica africana, em especial, pode apresentar sérias possibilidades de limitação. Afirma:

(...) muito da literatura sobre resistência é escrita com “R” maiúsculo. Ao que se resiste não é necessariamente claro, e o colonialismo, às vezes aparece com uma força cuja natureza e implicações não devem ser destrinchadas. O conceito de resistência pode ser expandido tão amplamente que negue qualquer outro tipo de vida às pessoas que estão fazendo a resistência. Por mais significativa que a resistência possa ser, a Resistência é um conceito que pode estreitar a nossa compreensão da história da África, ao invés de expandi-la³⁷.

A utilização do conceito, que pressupõe o binômio “resistente/opressor”, pode isolar o analista do contexto analisado, fazendo com que se perda a textura da vida dos indivíduos, assim como suas complexas estratégias “necessárias para entender nichos dentro das mudanças econômicas e para o engajamento multifacetado com forças dentro e fora da comunidade (...)”³⁸.

Cooper, por sua vez, defende a consideração da complexidade de engajamento e autonomia dos africanos, dentro do processo histórico do chamado período colonial. Segundo o autor, os melhores estudos recentes sobre história da África são aqueles que descartam, de saída, as categorias “resistentes” e “colaboradores” e investem na compreensão do ponto de vista do indivíduo/grupo social – das suas escolhas no interior de determinadas circunstâncias³⁹. Seria preciso, portanto, recompor processos que revelem a complexa bricolagem com que africanos agregaram práticas e crenças no enfrentamento da artificialidade das dicotomias⁴⁰.

Nesse sentido, o autor menciona algumas pesquisas que conseguem dar conta da aludida complexidade: a primeira, de autoria de Elias Mandala e Elizabeth Schmidt, sobre gênero e colonização. Nesta, os autores tecem um profícuo histórico acerca da experiência e mobilidade das mulheres, antes, durante e após a expansão da escravidão comercial. De acordo com cada circunstância, as mulheres exerceram grande influência econômica – por exemplo, no período da administração colonial, devido ao fim das guerras, houve o aumento das possibilidades de agricultura comercial, concomitante à maior ocupação de espaço e poder por mulheres no âmbito das economias domésticas. Outro estudo mencionado, com temática semelhante, é o de Luise White, que demonstra a ocupação de nichos por mulheres na mal organizada economia urbana – às vezes como prostitutas ou senhorias –, deixando as autoridades

³⁷ *Ibidem*, p. 40.

³⁸ *Ibidem*, p. 42.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 35.

confusas quanto à permissão ou proibição, uma vez que pairavam dúvidas sobre o tipo de rede social que estava sendo reproduzido⁴¹.

Do outro lado do atlântico, o brasileiro Matthias Röhrig, de maneira similar a Cooper, expressa sérias preocupações acerca da larga utilização do conceito de *resistência*, no contexto de estudo sobre a escravidão. Segundo o mesmo, tal expansão produz o risco de tornar o conceito vazio e sem sentido, uma vez que comumente historiadores têm incluído no rol da resistência qualquer tipo de ação, tanto as violentas (rebeliões, homicídios, suicídios, infanticídios, entre outras), quanto não-violentas (ações no judiciário, compra de alforria, etc.). Questiona o autor: "(...) se o mero ato de respirar – para sobreviver! – já constitui ato de resistência, qual é a utilidade deste conceito para entender a dinâmica entre a estrutura escravista e agência escrava?"⁴².

O referido autor advoga em defesa de uma postura de "relativismo cultural", evitando o confinamento de fatos em determinadas categorias, onde o analista se permite examinar o intercâmbio entre diferentes tipos de ações. O pesquisador, no entanto, esbarrará com a própria imposição documental: a grande maioria das informações sobre resistências, revoltas e outros episódios da vida de um cativo é fornecida justamente por aqueles que estavam encarregados da repressão⁴³. Diante de tal barreira, assim como mostram as constantes evidências documentais que têm emergido recentemente, cabe ao pesquisador o abandono de "visões preconceituosas" acerca da melhor ou pior forma de resistência, além da própria problematização do conceito.

Finalmente, vale mencionar a noção de resistência proposta por Homi Bhabha, que a concebe enquanto "atividade negadora", que se concretiza com o "não", onde o indivíduo/grupo faz cessar uma situação opressora. O autor exemplifica tal momento com o estudo realizado pela historiadora norte-americana Elizabeth Fox-Genovese, que ao estudar casos de infanticídios praticados entre escravas, chegou à conclusão de que estas, ao mesmo tempo em que cometiam crimes contra o direito de propriedade, faziam recuar as fronteiras da escravidão e restauravam pela morte a própria posse sobre as crianças⁴⁴. Dentro desse ponto de vista, o emprego da categoria "Resistência" não limitaria a consideração das diferentes experiências, mas enunciaria a situação de sofrimento ocultada.

⁴¹ *Ibidem*, p. 42-3.

⁴² ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 342.

⁴³ *Ibidem*, p. 343.

⁴⁴ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Considerações finais

A despeito de todas as especificidades de cada historiografia, intentamos neste breve artigo demonstrar possíveis analogias entre a produção científica realizada no Brasil, nas últimas quatro décadas, a respeito do período escravista, e do (e no) período colonial na África. Ao longo do texto, buscamos apresentar que apesar de África e Brasil estarem inseridos em processos históricos diferenciados, no tocante à produção científica, existem numerosas similaridades nas abordagens que têm sido adotadas por pesquisadores, vide a perspectiva do indivíduo enquanto sujeito participativo e ativo no sistema, além da necessária problematização de categorias de análise, tal como a *Resistência*. Apesar do grande volume da produção científica no período analisado, tal reflexão ainda carece de maior amadurecimento. Esperamos, por fim, ter dado alguma contribuição nesse sentido.

Sobre o autor

Bruno Pinheiro Rodrigues é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), orientado pelo Prof. Dr. Ernesto Cerveira de Sena, e bolsista da CAPES. E-mail: brunojihaad@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2013.

Aprovado em 26 de dezembro de 2013.